

**REMANESCENTES DA FAZENDA URUCUM EM
CORUMBÁ, MATO GROSSO DO SUL**

Fabio Guimarães Rolim

faguiro@yahoo.com.br

**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO
NACIONAL – RIO DE JANEIRO**

REMANESCENTES DA FAZENDA URUCUM EM CORUMBÁ/MS

Palavras-chave: Pantanal; Fazenda; Balneário; Mineração

Resumo

Da última década do século XIX à primeira metade do XX a antiga Fazenda Urucum, em Corumbá, Mato Grosso do Sul, desempenhou simultaneamente os papéis de entreposto fornecedor de gêneros àquela cidade durante o apogeu de seu comércio portuário; de centro terapêutico do Exército, que ali construiu um hospital para tratamento de beribéricos; e sede pioneira de uma prática balneária que se mantém até hoje como elemento de distinção daquela área. Fundamental para tanto foi sua localização: no entre-meio de morros do maciço ferro-manganesífero do Urucum, cujas características físicas e ambientais conferem atratividade à fixação humana, em contraste com a região na qual se insere (a planície pantaneira, com poucos refúgios livres das inundações periódicas, imprópria ao cultivo em larga escala e sujeita a rigores climáticos advindos da proximidade chaquenha). Relacionada ao processo de ocupação do Pantanal Sul pelo latifúndio agropastoril em meados do século XIX, a Fazenda Urucum beneficiou-se do processo de rearticulação territorial e econômica do sul do antigo Mato Grosso no imediato pós-Guerra do Paraguai (1864-1870) e testemunhou, ainda, a incipiente mineração do manganês naquele estado (resultado direto, por sua vez, da intrigante e ostensiva presença belga na fronteira oeste brasileira no limiar dos séculos XIX e XX). Após 1960 a Urucum foi progressivamente abandonada, até sua desapropriação em 1984. Alguns remanescentes localizam-se em área hoje pertencente à Urucum Mineração-Companhia Vale do Rio Doce e consistem em ruínas de sobrado de alvenaria de pedra, chalés de madeira, chafarizes, açude, dutos, lago, chaminé e diversos vestígios.

REMANESCENTES DA FAZENDA URUCUM EM CORUMBÁ/MS

Relevância cultural e paisagística

As edificações existentes na área de estocagem da Urucum Mineração-Companhia Vale do Rio Doce em Corumbá, Mato Grosso do Sul, são remanescentes da antiga Fazenda Urucum, operante entre a última década do século XIX e a primeira metade do século XX.

Origina-se da divisão das fazendas Piraputangas e São Domingos, representantes da propagação dos latifúndios agropastoris pelo pantanal sul na década de 1840. O fim da Guerra da Tríplice Aliança ou do Paraguai (1864-1870) definiu a criação e a sorte da Urucum, que vivenciou e se beneficiou do processo de rearticulação territorial e econômica do sul do antigo Mato Grosso após o conflito. Neste aspecto, desempenhou importante condição de entreposto produtor de gêneros a Corumbá, então em ascensão devido à sua condição portuária no rio Paraguai - ligação por excelência entre Cuiabá e o Rio de Janeiro através das capitais platinas Assunção, Montevidéu e Buenos Aires.

Para tanto, foram fundamentais as características de seu sítio, em contraste com a região em que se inseria. A fazenda abrangia o maciço do Urucum, que em plena planície pantaneira emerge a 1.000 metros de altitude, carregando uma das maiores jazidas de ferro e manganês do mundo e obrigando o rio Paraguai a empreender grande curva a leste antes de retornar ao seu percurso norte-sul. Trata-se de entremeio de morros livre das cheias, ao mesmo tempo em que estrategicamente insulado pelo rio Paraguai; sujeito aos rigores do clima, mas beneficiado por cursos d'água provenientes das cotas superiores e por densa cobertura vegetal. São aspectos contrastantes com o restante da planície pantaneira, cujo processo de deposição sedimentar tornou seu solo salino, impróprio ao cultivo em larga escala; de cota média de 100 metros nesta região, marca-se por campos de vegetação rarefeita e poucos refúgios topográficos livres das inundações periódicas (os capões); por extremos de umidade e temperatura (amplitudes térmicas anuais de até 40° C) e, paradoxalmente, pela escassez de água (clima de sub-úmido a semi-árido, atestando a vizinhança chaquenha).

Tal conjuntura imprimiu à morraria do Urucum grande atratividade ao ser humano, verificada por diversos sítios arqueológicos; e à Fazenda Urucum um perfil histórico marcado pela condição de entreposto fornecedor de gêneros a Corumbá, e pela prática de atividades terapêuticas (tratamento de doentes do Exército até 1914) e recreativas (balneário até a década de 1950).

A Urucum testemunhou, ainda, os incipientes passos da mineração do manganês no antigo Mato Grosso (primeira atividade mineradora desde o fim do ciclo do ouro e do diamante) num episódio diretamente associado ao curto período da ostensiva presença belga na fronteira oeste brasileira entre as décadas de 1890 e 1910.

Após a década de 1960 foi progressivamente abandonada, até ser desapropriada em 1984; em 2007, o lote 10 (da maioria dos remanescentes) foi adquirido pela Companhia Vale do Rio Doce. As estruturas consistem em ruínas de sobrado de alvenaria de pedra; chalés de madeira íntegros; chafarizes, açude, dutos, lago, chaminé e diversos vestígios. E, no lote vizinho, uma casa de tijolos e madeira, íntegra e em uso.



1. Vista parcial do Maciço do Urucum (Nivaldo Vitorino)

A ocupação da região

A região do Urucum passou a receber ocupação não-índia com a instalação de núcleos fortificados portugueses na segunda metade do século XVIII, no contexto da definição de limites entre Portugal e Espanha no continente sul-americano. Surgiram, assim, Albuquerque em 1776 e Corumbá e Ladário em 1778 - associados, ainda, ao Forte de Coimbra em 1775. Todos na margem direita do rio Paraguai, hoje brasileira em sua maior parte ao longo da fronteira com a Bolívia¹.

Num contexto regional tais núcleos relacionavam-se à defesa do acesso fluvial às minas auríferas descobertas em Cuiabá em 1718 (durante todo o século XVIII, o sustentáculo econômico do antigo Mato Grosso), cuja paulatina decadência iniciou o processo de formação do latifúndio pecuarista e agricultor mediante a concessão de sesmarias (CORRÊA FILHO, 2009, p. 124-128). Na década de 1840, consolidado este processo, passam a afluir fazendeiros da região de Cuiabá para os pantanais ao sul (MAMIGONIAN, 1986, p. 47 *apud* LAMOSO, 2001, p. 208-213).

Inicia-se a criação de bovinos em larga escala na região de Corumbá. Talvez o mais emblemático daqueles fazendeiros tenha sido Joaquim José Gomes da Silva, o Barão de Vila Maria², que ali passou a requerer sesmarias, originando as Fazendas Piraputangas e São Domingos, aos pés dos morros de Santa Cruz e São Domingos, no Maciço do Urucum.

¹ Exceto por pequenos trechos cedidos pelo Brasil ao país andino como parte das compensações pela aquisição do Acre, conforme o Tratado de Petrópolis, em 1903.

² Vindo da Fazenda Jacobina – relatada por Hercules Florence em seu diário da expedição Langsdorff (*Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas – 1835 a 1829*).



2. Localização regional (adaptado do Google Maps)

Houve ali um efêmero impulso econômico com o tratado de livre navegação do rio Paraguai firmado entre o Império e a república guarani em 1856. A Piraputangas teria ampliado significativamente sua produção, abastecendo Corumbá e região e permitindo ao Barão de Vila Maria promover exportação de gado (CORREA, 1999 *apud* MARTINS, 2009, p.118) e criar novas fazendas rio Paraguai abaixo.

Foi breve, porém, este interregno, devido ao conturbado clima geopolítico que já vivia a região platina. Interesses regionais conflitantes entre jovens países herdeiros das indefinições territoriais coloniais levaram à Guerra da Tríplice Aliança ou do Paraguai, entre 1864 e 1870³. No que se refere ao sul de Mato Grosso, resultou na destruição dos poucos núcleos urbanos, na desarticulação das incipientes fazendas⁴ e no esvaziamento demográfico.

Rearticulação territorial e econômica

O término do conflito marcou o início de um processo de rearticulação territorial e econômica de todo sul do antigo Mato Grosso. A garantia da navegação brasileira pelo rio Paraguai alterou dramaticamente os cenários econômico, demográfico e urbano de Corumbá e região.

³ Para o Império, uma das causas da Guerra, além da questão fronteiriça, foi o acesso à Cuiabá pelo sistema fluvial Paraná-Paraguai. Cf. DORATIOTTO, Francisco. *Maldita Guerra – Nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras. 2002

⁴ A este respeito e de grande impacto na memória sul-matogrossense citem-se os episódios da Retirada da Laguna (resultado de malfadada ofensiva brasileira ao norte do Paraguai, entre 1867 e 1868) e da Retomada de Corumbá (1867, depois de dois anos sob domínio paraguaio após a queda do Forte de Coimbra).

Consolidou-se Corumbá, a partir de 1870, como porto franco exportador e importador, favorecido por sua localização num trecho do rio Paraguai que obrigava à troca de calado (MAMIGONIAN 1986 *apud* LAMOSO p. 209). Seu surto econômico veio rápido, representado pela grande casa comercial à beira-rio, seguida por hotéis, bancos, alfândega, consulados, teatro e grandes lojas com as últimas novidades européias. Materialidade arquitetônica exemplar deste apogeu pode ser sintetizada na construção, por arquitetos italianos atuantes nas capitais platinas, de sobrados de alvenaria de pedra, com açotéias sustentadas por abobadilhas de tijolos e perfis metálicos. Fachadas neoclássicas ou ecléticas arrematavam a construção e davam forma ao espaço da florescente cidade, em composição com praças de inspiração glaziousiana pontuadas por esculturas italianas em mármore carrara⁵.



3 e 4. Corumbá: o apogeu portuário (SIMON; AYALA, 1914); o casario do porto, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (acervo IPHAN/MS)

Finda a Guerra, o Barão retorna à devastada Piraputangas. Endividado, chegou a buscar alternativa junto ao Império para a mineração no maciço do Urucum, mas faleceu no retorno do Rio de Janeiro, em 1876; a viúva, Baronesa de Vila Maria, obteve a concessão de lavra em 1876, renovando-a em 1878 e 1882, sem, contudo, concretizar a exploração (LISBOA, 2010, p. 110).

A partir da morte do Barão parece haver um hiato quanto ao sucedido com Piraputangas e São Domingos, as fazendas que abrangiam a morraria do Urucum. Em algum momento foram divididas e parte delas se converteria, poucos anos depois, na Fazenda Urucum. Sobre ela sabe-se que em 1890 já existia assim denominada, pertencia a Maximiliano Cárcano e tinha área de 5.600 hectares (SIMON; AYALA, 1914, p. 347).

Iniciava-se a história da Urucum, num contexto em que manteve ou mesmo ampliou a importância que Piraputangas e São Domingos sob o Barão de Vila Maria tiveram para Corumbá.

Consolidação da Urucum

Fator determinante para a Urucum foi sua proximidade com Corumbá, cidade-pólo da rearticulação territorial e econômica do antigo Mato Grosso. Atraindo levas de habitantes em

⁵ Ressalte-se que tal surto limitava-se a pequena parcela da população; os demais estratos sociais viviam em estado de miséria como mão-de-obra barata e temporária, sofrendo com as precárias condições habitacionais, sanitárias e de segurança. Cf. CORRÊA, Valmir Batista. "Fronteira Oeste". Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 1999

função das atividades comerciais portuárias, Corumbá encontrou na fazenda dos Cárcano um centro fornecedor de gêneros, restauração da saúde e lazer.

Mostra de sua importância naquele período pode ser verificado por sua menção no *Album Graphico de Matto Grosso*, publicado em 1914 em Hamburgo, Alemanha.

O *Album* pode ser entendido como uma demonstração de força econômica e política de Corumbá (a iniciativa partiu de sua classe comerciante), ao mesmo tempo em que produto de propaganda estadual. Trazia diversas informações sobre o Mato Grosso da época, com capítulos sobre seu território físico, economia, história, população, municípios mais importantes e as estradas de ferro Madeira-Mamoré e Noroeste do Brasil, então em construção, dentre outros.

Consta um capítulo sobre a Fazenda Urucum - o qual, dado o interesse do conteúdo e a raridade da fonte, iremos reproduzindo por partes.

A respeito da produção da Urucum, o *Album* informava:

[...] *A propriedade total comprehende 5.600 hectares de terreno. Os seus proprietários, M. Cárcano & Sobrinhos, têm um estabelecimento de fabricação de assucar e aguardente, serraria à vapor, e grandes plantações de fructos do paiz. A distancia para Corumbá é de 20/25 kilometros. (...) É cercada de extensos e frondosos pomares de mangueiras, laranjeiras e goiabeiras; (...) Para a criação systematica de gallinhas, patos e outras aves domesticas, a fazenda possui espaçosos cercados de aroeira e telas de arame, provido de árvores fructíferas que muito aproveitam as aves, águas correntes etc, computando mais de 1.000 cabeças de aves. A fazenda é também servida de vastos campos artificiaes, de excellente pastagem de capim Jaraguá e outras gramíneas: alli se cria centenas de cabeças de gado vacum, cavalari, muar, caprino e lanígero* (SIMON; AYALA, 1914, p. 348).

Urucum, saúde e lazer

A nova condição de Corumbá – de cidade devastada a fervilhante centro urbano cuja moeda corrente era a libra e onde por acaso se ouvia português (CUNHA, 1919, p.22) – e a lembrança recente da tomada paraguaia fizeram com que o Império buscasse exercer maior presença mediante o Exército. Data dos anos 1870, por exemplo, a construção de fortins em promontórios estratégicos a rodear a cidade e permitir o cruzamento de fogos (MATTO GROSSO, 1873).

A presença de grande leva de militares em Corumbá e região (ressalte-se o já citado Forte de Coimbra) foi fator a definir outros usos à Urucum que não o estritamente agro-pastoril.

O Exército realizava treinamentos nas matas da Fazenda e a este respeito subsiste interessante história familiar contada pelos descendentes dos Cárcano quanto à passagem do então cabo Getúlio Vargas, que servira em Corumbá em 1903; em 1953, já presidente, quebrou o protocolo da inauguração da estação ferroviária de Corumbá para visitar a Urucum (MARTINS, 2009, p. 153-154).

Digno de nota são as recorrentes passagens de Cândido Rondon quando da Comissão de Linhas Telegráficas – sobre uma delas, registrou: “(...) Neste mesmo dia [03 de setembro de 1903]

continuei a inspeção. Pousando no grande estabelecimento industrial do Urucum, propriedade de meu amigo Cárcano, parti para o acampamento” (VIVEIROS, 1969, p.165). A Fazenda recebeu um posto telegráfico (MARTINS, 2009, p. 152; 173).

No entanto foi a terapêutica militar que melhor definiu as relações entre o Exército e a Urucum. Como nos informa novamente o *Album Graphico*:

[...] Desde o anno de 1890 a fazenda se prestou gratuitamente, à título de experiência, a receber os beribéricos da Marinha e do Exército, aonde tem-se contado muitas dezenas de curados. Em vista do favorável resultado, em 1910 o Ministro da Guerra mandou que se effectuasse um contracto com os proprietários da fazenda, para receberem em tratamento n'esse local todas as praças affectadas de beribéri. O local, onde, ultimamente, um novo Hospital militar, em substituição do primitivo, provisório, é incontestavelmente para o Governo uma escolha feliz, sendo, por medio, o numero de doentes de 80. Os médicos militares, da marinha e os clínicos civis tem remetido os seus doentes e reconvalescentes para Urucum, reconhecendo assim praticamente as propriedades salutaes do clima e das águas do Urucum [...] (SIMON; AYALA, 1914, p. 348)



5. Hospital militar na Urucum (SIMON; AYALA, 1914, p. 348)

Num período em a portuária Corumbá vivia assolada por epidemias e em que as doenças eram mais associadas a calor, umidade e miasmas mefíticos do que à alimentação deficiente (o caso do beri-béri, por exemplo), Urucum parecia representar um sítio benéfico e salutar, tal qual um oásis de Corumbá. De interesse neste aspecto é o fato de o *Album Graphico* informar o afluxo de civis à Fazenda. Vejamos outra descrição do mesmo período, o relato do capitão Leopoldo Felix de Souza, trazido à luz por MARTINS (2009, p. 147):

Urucum fornece actualmente, e digo-o por experiência profissional, esses meios de cura natural, racional, aos nossos camaradas atacados no serviço de Corumbá... o que obsta que Urucum seja para a florecente Corumbá, o que Petrópolis fôra para o Rio das pestes negra e amarela dos annos passados... Tive a ventura íntima de, como Encarregado do serviço médico-militar aqui, assistir à mudança de meus camaradas doentes, praças e officiaes do Exército – das velhas, tristonhas e descommudas choças para um asciado, claro e bem arejado pavilhão recém-construído, onde agora os pacientes se mostram bem animados.

Uma alimentação racional e substanciosa em que predomina o leite da melhor qualidade, distribuída diariamente pelas dietas determinadas pelas [ilegível] aliada à influência climática e ao repouso em ambiente higienico, a melhor e mais segura therapeutica, único especifico, por assim dizer, aos polynevriticos beri-béricos que outras infecções não compliquem, agudas ou chronicas, a reclamarem especificos medicamentos pharmaceuticos.

Em relação especialmente a esta Guarnição Militar Federal da 13ª Região Permanente, seria impossível a sua parada em Corumbá si não houvesse esta enfermaria de beri-béricos de Urucum, onde também tantas vezes vêm, por outras moléstias degenerantes cachetizantes, se restabelecer praças e officiaes de nosso Exército e Armada. [...] (Jornal Tribuna nº. 313, 1913 apud MARTINS, 2009, p. 119-120)

Nota-se a associação com Petrópolis e o Rio de Janeiro, num par antitético saúde x doença. Devia ser recorrente a associação, pois encontrada em outro relato que, de quebra, evidencia a Fazenda como elemento de destaque no contexto de Corumbá. Trata-se de Sylvio Floreal (pseudônimo de Domingos Alexandre), em seu “O Brasil trágico – impressões, visões e mysterios de Matto Grosso”, no capítulo “Corumbá – a cidade azul”:

[...] Nos fundos, como espectador silencioso, eleva-se o vulto verde-negro da serra do Urucum, em cujo sopé os habitantes da cidade improvisaram uma espécie de nova Petrópolis, em que as águas frescas e cristalinas, brotadas do seio do morro, cascadeiam numa algidez amena e refrigerante, que aniquila no corpo de quem as procura todos os dilatantes cansaços produzidos pelo calor. FLOREAL, 1928, p.131-132

O próprio redator do *Album Graphico* deixa-se contagiar e encontramos mais uma referência àquela polaridade eleita como símbolo:

Urucum é realmente um sítio digno de nota pela belleza de sua perspectiva, por sua topographia caprichosa, pela amenidade de seu clima e pela uberidade extraordinária de suas terras.

Mattas virgens, constituídas de madeiras de lei, onde se encontram gigantescas árvores, formam exclusivamente a vegetação das terras que pertencem à Fazenda Urucum.

O terreno, levemente inclinado, offerece um fácil escoamento às águas das chuvas, o que aliás não seria indispensável, tão grande é a permeabilidade do solo que ellas seriam facilmente absorvidas. A constituição geológica d'este sítio, admirável pelo recurso de qualidade higienica, é quasi exclusivamente de minério de ferro e manganéz. É servido pelas águas correntes de um córrego voluminoso e perenne que nasce do morro Urucum, de 650 metros de altura.

Sempre limpas e frescas, são ellas comparáveis às águas da Tijuca do Rio de Janeiro, cuja cascatinha se acha allí reproduzida pitorescamente, conforme demonstra uma das vistas que publicamos; como o córrego do Urucum nasce e corre encachoeirado, as águas são areadas e, portanto, contém o sufficiente oxigênio segundo as exigências da melhor hygiene. [...] Possui também diversas casas e chalêts para agasalho dos que lá vão procurar o restabelecimento da saúde (SIMON; AYALA, 1914, p. 347-348).

O fio condutor é sempre o sítio privilegiado, seu clima, sua água e as possibilidades de restauração física e mental por ele concedido – inevitavelmente tomados em contraste com Corumbá, a cidade a articular-se com Urucum.

Nova referência encontra-se no relato de H. Pereira da Cunha, quando de sua participação na viagem de Rondon e do ex-presidente americano Theodore Roosevelt em 1913. Cunha fora buscar alojamento na Fazenda para o tempo em que aguardava o restante da expedição: “Trez ou quatro dias após a nossa chegada, ainda alojados em um hotel de Corumbá, resolvemos ir até o lugar denominado Urucum a trez léguas e pouco de distância, afim de vermos se possível seria ahi fixar a nossa residência” (CUNHA. 1919. p. 22).

Com a entrada em operação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil o Exército, em 1914, determinou a interrupção das atividades hospitalares devido à conveniência em enviar seus doentes a Campo Grande (Ordem do Dia nº. 25 nº. 27 *apud* 1914 MARTINS 2009, pg. 120). No entanto, não se alterou a associação da Urucum como espaço ligado à restauração física e mental, permanecendo definitivamente associada ao lazer e ocupando um lugar central no imaginário corumbaense como o “balneário Urucum”.

De acordo com as fontes e os vestígios no local, a Fazenda possuía três “banheirões” alinhados ao córrego e alimentados por desvio da água (DOULA; NEVES. “Levantamento sócio-econômico com ênfase sobre os recursos hídricos. Assentamento do Urucum, Corumbá/MS” *apud* MARTINS, 2009, pg. 173). Um destes deve ser o mencionado pelo *Album Graphico*: “[...] existe um excelente banheiro de portland, tanto para banho de ducha como de imersão [...]” (SIMON; AYALA, 1914, p. 348).

Evidenciando a atratividade do entre-morros em contraste com a região, a condição de balneário não se limitou à Fazenda Urucum. Operam atualmente no maciço outros balneários, como o Vale do Sol (contíguo aos remanescentes), Menck, Iracema, Lago Azul e São Domingos, dentre outros. São comumente dotados de chalés de aluguel e piscinas alimentadas naturalmente e utilizados pelos corumbaenses para confraternizações, lazer e descanso - a mesma natureza do extinto balneário dos Cárcano.

Em 1954, a morte de Carlos Cárcano, proprietário, marca o início da progressiva desativação da Urucum, até sua desapropriação em 1984 (MARTINS, 2009, p. 173).

A mineração (e os belgas)

A Urucum dos Cárcano associa-se aos primeiros momentos da mineração do manganês no maciço - atividade que viria marcar profundamente a região e converter-se, quase cem anos depois, num dos principais elementos a atuar na economia e na paisagem corumbaense.

Aquelas primeiras lavras⁶, por sua vez, decorrem diretamente de um período ainda pouco conhecido pela historiografia brasileira sobre o antigo Mato Grosso: a ostensiva atuação belga na fronteira oeste do Brasil entre os anos 1890 e 1910, particularmente no alto Paraguai e alto Guaporé, numa dinâmica de interesses que não era a de investimentos estrangeiros isolados (GARCIA, 2005, p. 93), mas, antes, sugeria forte articulação, possivelmente sob o acompanhamento direto do rei Leopoldo II, com vistas ao estabelecimento de um projeto neo-colonialista belga na região.

Tais ações foram bastante estudadas por Stols e Garcia, e resumidamente podem ser assim caracterizadas: atuação de diferentes empresas com acionistas comuns, utilizando-se de lacunas na legislação para obter grande número de concessões⁷ de vastas áreas preferencialmente na fronteira Brasil-Bolívia e/ou sob contencioso diplomático entre estes dois países (GARCIA, 2005, passim); nestes territórios, o investimento em setores produtivos mais lucrativos de então - a borracha e a pecuária⁸ -, sob administração e/ou supervisão de técnicos e oficiais vindos da experiência colonialista belga no Congo (STOLS, 1975, p. 69-70), muitas vezes organizando milícias particulares; e uma intensa articulação diplomática belga como retaguarda (GARCIA, 2005, passim).

As ações assemelhavam-se em forma e conteúdo às *chartered companies* (companhias de arrendamento), comuns naquele período do imperialismo neocolonialista, cujos casos mais conhecidos são o Estado Independente do Congo e o Bolivian Syndicate - que chegou a obter em arrendamento o território boliviano do Acre e que esteve no centro da crise entre Brasil e Bolívia, resolvida com o Tratado de Petrópolis, de 1903 (GARCIA, 2003, p.16-17).

Para Garcia, tal processo tinha uma envergadura que “ultrapassava os limites de uma simples ação econômica e se cobria de interesses comerciais tendo em vista abrir caminhos para uma ação política” (2003, p. 1).

Stols não hesita em caracterizar a ação belga no Brasil como uma “*recidive congolaise*” (STOLS, 1987). Informa que “os meios expansionistas [belgas] consideravam esta parte do Brasil realmente como um novo Congo”, num conjunto de ações que “vinha tomar proporções inquietantes para a soberania brasileira nestas regiões” e que “sob vários aspectos prefigurou o caso do Bolivian Syndicate”; e vê uma possível ação direta do rei Leopoldo II - o qual, anos antes, tentara de modo pouco sutil a incorporação de território brasileiro mediante sua proposta para o contencioso entre Brasil e França quanto ao Amapá e Guiana (STOLS, 1975, p. 68-72).

⁶ Que parecem ter sido a primeira atividade mineradora no antigo Mato Grosso que não a do ouro e do diamante, cujos ciclos remontam ao já distante século XVIII.

⁷ A constituição de 1891 alterou a Lei de Terras de 1850 ao transferir aos estados a competência sobre terras devolutas. A legislação estadual daquele período limitava apenas uma concessão por concessionário, mas não o impedia que as comprasse de terceiros, possibilitando manobras com “testas de ferro” (GARCIA, 2005, pg. 117).

⁸ Outra frente que completaria uma tríade econômica daquele antigo Mato Grosso – a erva mate – aparentemente não atraiu os belgas, seja por se concentrar em outra realidade geográfica, seja por já existir um poderoso personagem a dominar o setor: a famigerada Matte-Laranjeira, à época, sob o domínio dos irmãos Murinho.

O caso belga na fronteira oeste de Mato Grosso é assunto complexo e multifacetado, com diversas interfaces que fogem ao recorte deste trabalho. No entanto, cabe esta brevíssima menção devido ao contexto em que operou a primeira frente de lavra colocada em ação no maciço do Urucum pela *Compagnie de l'Urucum*.

Em 1906 foi criada em Ougréé, Bélgica, a *Compagnie de l'Urucum*, - mais uma dentre as diversas empresas criadas pelos belgas naqueles anos para atuar na fronteira matogrossense. A *Compagnie* adquirira a concessão do maciço (LISBOA, 2010, p. 110-111) e iniciou os trabalhos em abril de 1907, com operários locais e mineiros vindos de Montevideu (MATO GROSSO, 1908 *apud* LAMOSO, 2001, p. 220).

A proximidade da 1ª Guerra Mundial (1914-1918) teria incrementado a produção; o fim da demanda, no entanto, iria refreá-la a ponto de os belgas passarem adiante a concessão, a despeito da conclusão de uma linha ferroviária de bitola estreita para o transporte entre as lavras e o porto de Ladário, onde abandonaram o minério (LAMOSO, 2001, p. 222-225).

Não se conhece informação documental sobre eventual relação, formal ou informal, eventualmente estabelecida entre a Fazenda e os belgas (tal como existe com o Exército). Há indícios, no entanto. O *Album Graphico* identifica chalé (ainda existente) como da *Compagnie de l'Urucum* (AYALA; SIMON, 1914, p. 347); é conhecido também cartão postal antigo em que outra edificação de madeira é assinalada como sendo da *Compagnie*. Quanto à estrada de ferro, seções de trilhos já foram encontradas no Balneário Vale do Sol.



6 e 7. O “chalé” (acervo IPHAN/MS) e em SIMON; AYALA, 1914, p. 348



8 e 9. O “hotel” (acervo IPHAN/MS), identificado em antigo cartão postal como dos belgas

Os remanescentes

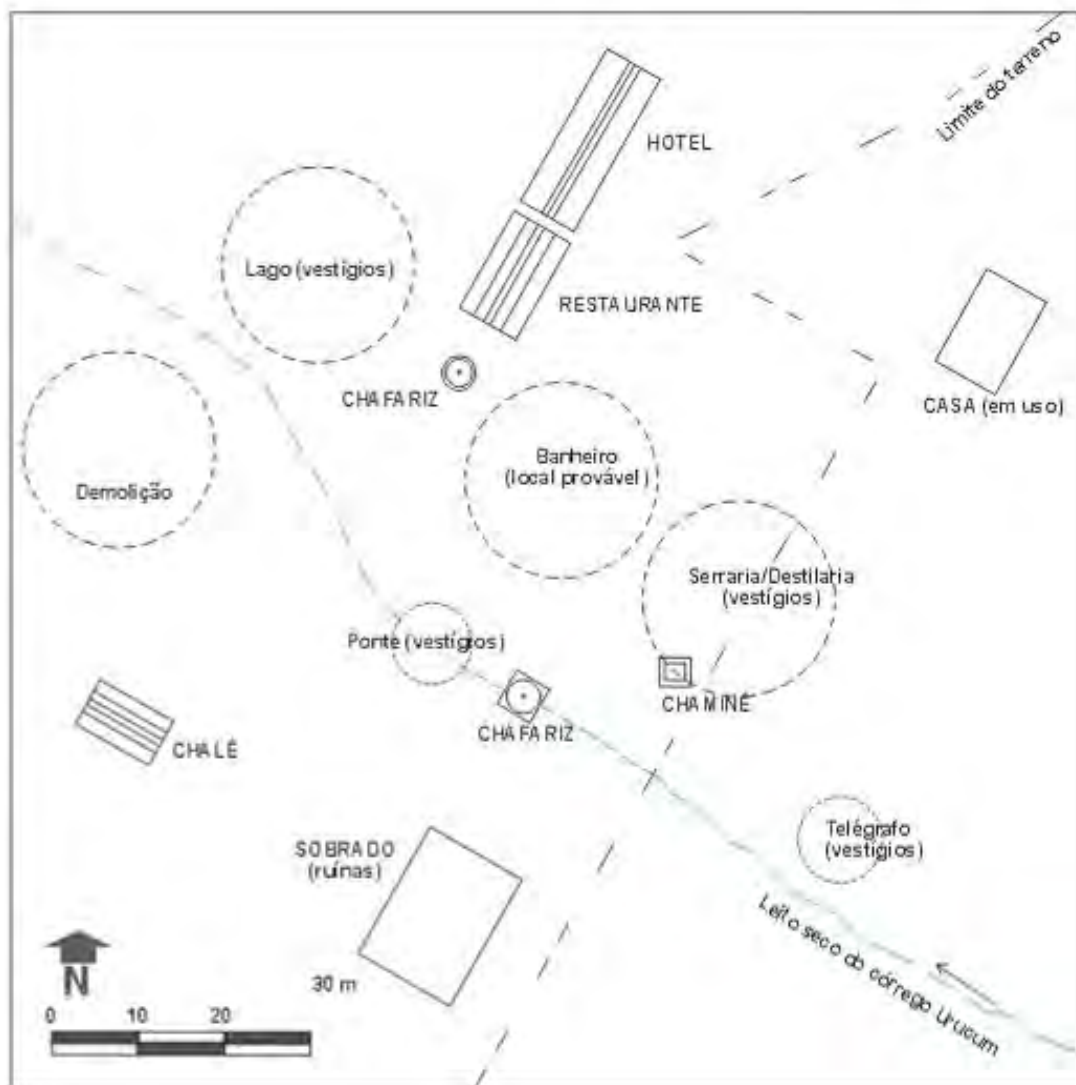
Os remanescentes da Urucum – localizados na área de estocagem da Companhia Vale do Rio Doce (lote 10 da fazenda desapropriada) – organizam-se em núcleo dividido pelo leito seco do córrego Urucum, que corria num sentido aproximado leste-oeste, vindo da face ocidental do morro de Santa Cruz⁹. Paralelo ao corpo d’água alinhava-se um eixo principal de circulação – identificado pelo *Album Graphico* como “a avenida” (SIMON; AYALA, 1914, p. 73) e rememorado por uma das herdeiras como “a rua principal” (MARTINS, 2009, p. 144, 150).

Consta que chegaram a existir oito chalés de aluguel (DOULA; NEVES. *apud* MARTINS, 2009, pg. 173). Os dois chafarizes e o lago recebiam a água do córrego Urucum (contida por um açude algumas dezenas de metros à montante) por algum sistema de canaletas ou tubulações, hoje não mais discernível; seria este mesmo sistema que alimentaria, na margem direita do córrego, uma roda d’água na destilaria e serraria (onde se localiza a chaminé), com um dínamo para gerar eletricidade (MARTINS, 2009, p. 144; 148; 173).



10. Situação regional (adaptado do Google Maps)

⁹ O Urucum desapareceu no final dos anos 1990 devido a detonações nas lavras subterrâneas de manganês. O problema dos impactos da mineração aos córregos do entre-morros é antigo e segue sem solução.



11. Implantação esquemática

Alguns metros à montante identificam-se esteios que teriam pertencido ao posto telegráfico (informação de um dos herdeiros, proprietário do lote 10 antes da aquisição pela mineradora). No centro do núcleo devia se situar pequena ponte para cruzamento do córrego, hoje discernível por vestígios (aparentemente, um de seus corrimãos aparece em foto publicada no *Album Graphico*).

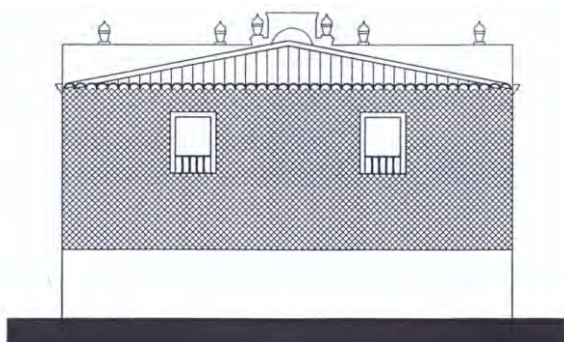
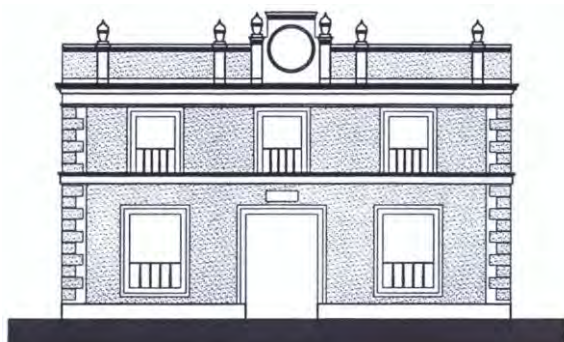
O sobrado de alvenaria de pedra e tijolos situa-se na margem esquerda do córrego e encontra-se em ruínas. Adota a mesma técnica construtiva dos sobrados do porto de Corumbá, apesar de lhes ser pouco anterior. Em sua fachada de linhas simétricas (que era encimada por platibanda com coruxéus e óculo), identifica-se sobre a porta o alto-relevo com a data da construção: 1889. Tinha, sem dúvida, uma proeminência no conjunto, devido à sua fachada, materialidade, gabarito e função (armazém com silo para aguardente).

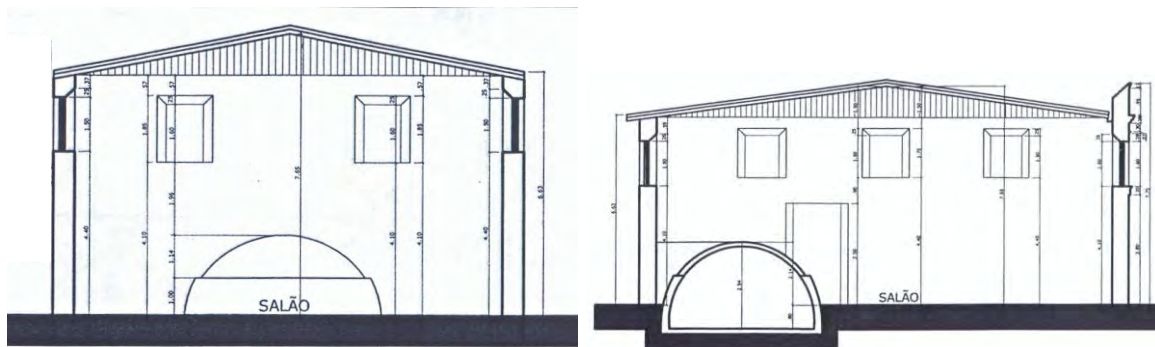


12 e 13. Roda d'água e chaminé (acervo IPHAN/MS); o banheiro, com corrimão da ponte à esquerda (SIMON; AYALA, 1914, p. 347)



14 a 16. Chafariz e sobrado (acervo IPHAN/MS); o sobrado (SIMON; AYALA, 1914, p. 347)





17 a 20. Elevações e cortes reconstituídos (MARTINS, 2009)

À jusante, as demais construções: na margem direita, outro chafariz, o Hotel e o Restaurante, transversais à via central. Estes, de 1919, são construções em madeira, elevados do solo, íntegras e em bom estado de preservação (o hotel é identificado em antigo cartão postal como da *Compagnie de l'Urucum*). Ao lado deste conjunto, mas no lote vizinho, situa-se casa de alvenaria de tijolos, íntegra e em uso.

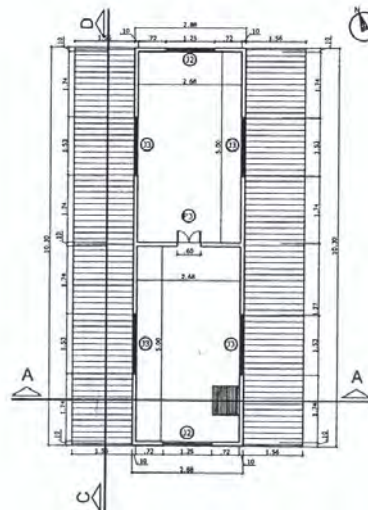
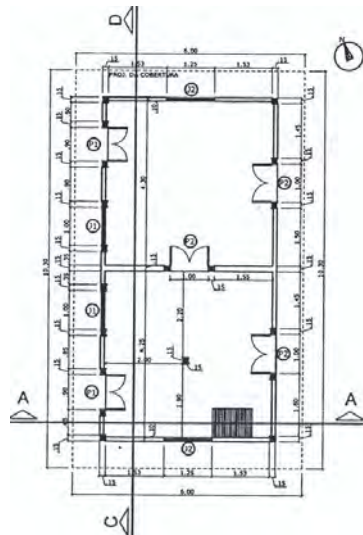
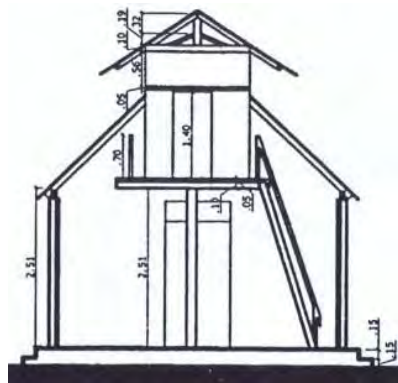


21 a 23. O Restaurante; casa de tijolos (acervo IPHAN/MS)



24 e 25. Elevações do Restaurante (MARTINS, 2009)

Do outro lado do córrego situa-se o Chalé identificado pelo *Album Graphico* como da *Compagnie de l'Urucum* (SIMON; AYALA, 1914, p. 347). Em alvenaria de tijolos e madeira, encontra-se em relativo estado de preservação.



26-29. O Chalé: corte e plantas (MARTINS, 2009) e fachada (acervo IPHAN/MS)

O hospital não mais existe e teria se localizado à jusante do córrego, abaixo do conjunto principal de edificações, em áreas próximas à atual BR 262 (MARTINS, 2009, P. 146). Por toda a área, vestígios de esteios, baldrames, dutos, canais, poços, orifícios e demais elementos que conferiam ao sítio uma dimensão simultaneamente fabril, habitacional e de lazer.

Considerações

Os remanescentes compõem um conjunto patrimonial que se desdobra em pelo menos três escalas de abrangência e significado.

Uma escala local, ou municipal: referente à condição de retaguarda rural e terapêutica da Corumbá em seus anos de apogeu do comércio fluvial; como precursor do lazer hídrico manifestado hoje pelos diversos balneários no entre-morros do Urucum - continuidade que atesta uma relativa permanência das condições paisagísticas e ambientais que um dia notabilizaram a Fazenda dos Cárcano; à memória ainda viva nos corumbaenses - filhos, netos e bisnetos dos frequentadores da Urucum.

Uma escala regional, ou estadual: resultado da divisão das terras do Barão de Vila Maria, relacionando-se à ocupação do pantanal sul pelos latifúndios agropastoris na primeira metade do século XIX; representante da rearticulação territorial e econômica do sul do antigo Mato Grosso no

pós-Guerra do Paraguai; testemunho da primeira tentativa de mineração do manganês no antigo Mato Grosso – atividade atualmente marcante na região (juntamente com a mineração do ferro).

Uma escala macro-regional, ou nacional: referente à maior guerra ocorrida no continente sul-americano, decisiva para os percursos históricos do Brasil e seus vizinhos platinos; testemunho, ainda que periférico, de um intrigante (e malfadado) caso de ação neo-colonialista belga nos confins oeste do antigo Mato Grosso.

Todas estas dimensões encontram-se materializadas ou representadas nos remanescentes da Fazenda Urucum e para sua melhor compreensão demandam mais aprofundados estudos historiográficos e escavações arqueológicas. Uma delas, no entanto, é de efeito mais nítido e direto: a memória local. É precisamente por meio deste diapasão que a preservação de todo o conjunto de valores acima citados será alcançada, visto ser o mais tocante para a população local - a entidade mais próxima e potencialmente mais interessada nos destinos destas estruturas e do entre-morros do Urucum.

Trata-se, enfim, de um trabalho tão mais necessário quanto mais a mineração vem sendo associada a uma idéia de vitalidade econômica de Corumbá – uma atividade que potencialmente oferece risco ao meio ambiente e à paisagem (justamente os elementos que sempre conferiram atratividade ao entre-morros do Urucum).

BIBLIOGRAFIA

SIMON. F.; AYALA. S. C. **Album graphico do Estado de Matto-Grosso**. Hamburgo: {s.n.}, 1914.

CORRÊA FILHO, V. Pantanaís Matogrossenses – Devassamento e Ocupação. In: LORENZETTO, M.S.; MARTINS, G.R.; QUEIROZ, P.R.C. [org.]. **Coleção Documentos para a História de Mato Grosso do Sul**. [s.l.]: [s.n], [s.d.].

CUNHA. H. P. da. **Viagens e Caçadas em Mato Grosso – Trez semanas em companhia de Th. Roosevelt**. Oficinas Gráficas da Livraria Francisco Alves, 1919, Rio de Janeiro.

FLOREAL, Sylvio. **O Brasil trágico – impressões, visões e mysterios de Matto Grosso**. São Paulo: Empresa Graphica Rossetti Ltda., 1928.

GARCIA, D. S. da C. **Território e negócios na ‘era dos Impérios’: os belgas na fronteira oeste do Brasil**. Tese de Doutorado apresentado à Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Economia. 2005.

GARCIA, D. S. da C. A ocupação de terras por estrangeiros na fronteira oeste do Brasil nos primórdios da República: ocupar para desintegrar. In: **Congresso Brasileiro de História Econômica**, 5.; **Conferência Internacional de História de Empresas**, 6., 2003, Caxambu/MG.

Disponível em: http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_57.pdf. Acesso em 28/10/2007.

LAMOSO, L. P. **A exploração de minério de ferro no Brasil e no Mato Grosso do Sul**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Geografia/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2001.

LISBOA, M. A. Oeste de São Paulo, Sul de Mato Grosso. In: LORENZETTO, M.S.; MARTINS, G.R.; QUEIROZ, P.R.C. CORRÊA, V.B. [org.]. **Coleção Documentos para a História de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Alvorada, 2010.

MATTO GROSSO. **Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de Matto Grosso na primeira sessão da 20ª legislatura no dia 03 de maio de 1874 pelo Presidente da Provincia o Exm. Sñr. General Dr. José de Miranda da Silva Reis**. Cuiabá: TYP. da – Situação-Souza Neves & C.^a, [s.d.].

Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/425/000063.html>>. Acesso em: 12 mai.2008.

MARTINS, G. R. **Relatório final do projeto de pesquisa: Arqueologia Preventiva na área de estocagem da Urucum Mineração S.A., Corumbá/MS**. Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura/FAPEC e URUCUM Mineração S.A. Campo Grande, outubro de 2009.

STOLS, E. **O Brasil se defende da Europa: suas relações com a Bélgica (1830-1914)**. In. Boletim de Estudios Latinoamericanos y del Caribe. Amsterdam: Centro de Estudios y Documentación Latinoamericanos (CEDLA). Número 18, junho de 1975.

STOLS, E. Les Belges au Mato Grosso et en Amazonie ou la récidive de l'aventure congolaise – 1895-1910. In: DOUMOLIN, M.; STOLS, E. [org.]. **La Belgique et l'étranger aux XIXe et XXe siècles**. Louvain-la-Neuve; Éditions Neuwelaerts, 1987. p. 77-112.

VIVEIROS, M.E. de. **Rondon conta sua vida**. Rio de Janeiro: Cooperativa Cultural dos Esperantistas, 1969.